

Brasil e ONU firmam parceria para continuar programa de nutrição de indígenas

O fortalecimento da organização social em comunidades indígenas e a disseminação de noções de políticas públicas voltadas à garantia de direitos dessa parcela de brasileiros são os principais ganhos com a implementação do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas, apontados por lideranças de diversas etnias. Para garantir que as ações tenham sustentabilidade e sejam multiplicadas em outras comunidades, representantes do governo brasileiro e da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram na última terça-feira, durante evento que marcou o encerramento do programa, uma carta de intenções para dar continuidade aos trabalhos.

PARTICIPANTES DO PROGRAMA

A ideia, segundo o coordenador nacional do programa, Fernando Moretti, é transformar as boas práticas em políticas públicas que serão implementadas a partir do ano que vem.

O programa, desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com a ONU, foi executado entre 2010 e 2013 nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, todos na região do Alto Rio Solimões, no Amazonas; e em Dourados, em Mato Grosso do Sul.

“O programa é uma iniciativa do Fundo para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, graças a uma doação (de recursos) do governo da Espanha, mas é um programa do Brasil, que teve apoio das Nações Unidas. Isso significa que o governo vai incorporar as boas práticas implementadas nesses três anos e dar continuidade, tendo concluído o projeto, a essas ações como políticas públicas. Estamos no processo de avaliação das experiências, vamos ver o que pode ser melhorado e a partir daí projetar as próximas ações”, explicou.

PREOCUPAÇÃO DOS INDÍGENAS

Durante o evento, lideranças indígenas enfatizaram uma preocupação crescente em suas comunidades relacionada à substituição de alimentos tradicionais por produtos industrializados e menos saudáveis. Segundo Eldson Pandero Maurício, liderança da aldeia de Santa Maria da Colônia, no Amazonas, onde vivem cerca de 460 índios da etnia Kokama, frutas comuns na região, como açaí e tucumã, têm dado lugar aos itens comprados.

“Temos tantos alimentos saudáveis, com vitaminas importantes para a saúde, produzidos na nossa região e muitas mães acabam sendo influenciadas pelo capitalismo e se rendem aos produtos industrializados que não fazem bem à saúde das crianças”, disse, lembrando que em uma das ações do programa, foi montada uma feira com produtos típicos da região. Na ocasião, nutricionistas explicaram às mães os benefícios nutricionais de cada uma delas.

“Vamos divulgar receitas de comidas a base de produtos tradicionais, como peixe assado e mujica

EVENTO

Postado em 29/05/2013

(prato feito com banana verde), e de bebidas, como a kaitsuma e pajuaru. Queremos valorizar e divulgar nossa cultura, usando os meios de comunicação para isso”, disse Gracildo Moraes, da etnia Kokama, que foi capacitado durante o projeto e hoje é monitor em oficinas de comunicação em comunidades indígenas.

A representante adjunta do Programa Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Antonella Scolamiero, ressaltou a importância de ações voltadas a jovens indígenas, grupo com alta taxa de suicídio por causa do preconceito a que são submetidos e pela falta de oportunidades. Ela enfatizou que apesar dos avanços que o Brasil vem conquistando na área de direitos da infância, quando se observam apenas as crianças indígenas “o cenário ainda é muito desafiador”.

“As estatísticas mostram que a desnutrição ainda é uma das principais causas das mortes de crianças indígenas e que apesar da redução na taxa de mortalidade infantil no país, ela é duas vezes maior para a população indígena do que para a população em geral, chegando a sete vezes mais em algumas regiões”, disse.

Fonte: Agência Brasil